

((o)eco: Os dados apresentados nos links abaixo estão corretos e atualizados?

<https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocios/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/em-producao/baixio-de-irece> e <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocios/agricultura-irrigada/projetos-de-irrigacao/em-producao/jaiba>

Codevasf: Os dados que constam no links estão corretos e atualizados.

Quantos km de canais já estão implantados em cada projeto?

O Baixio de Irecê tem 42 km de canais implantados. O Jaíba tem 548 km de canais.

O Baixio de Irecê segue apontado como maior projeto de irrigação da América Latina?

Sim, considerando que são nove etapas e, no momento, duas estão em operação. Quanto à informação “maior Projeto de Irrigação da América Latina”, salientamos que se refere aos PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO (PPIs). Assim da afirmativa, trata-se da combinação dos fatores indicados, em especial que toda a área se encontra licitada, com contratos de concessões firmados e com grande potencial de expansão, face ao dimensionamento da infraestrutura hídrica já construída.

Diferente dos grandes Projetos Públicos de Irrigação da Codevasf, a exemplo do Projeto Jaíba (MG) e Nilo Coelho (PE), o Baixio de Irecê tem como característica fundiária a ocupação de 90% de sua área agrícola por duas grandes empresas, que fazem captação ou derivam a água diretamente dos canais projetados, através de ramais de adutoras que acionam os sistemas de irrigação (pivôs centrais) instalados ao longo do seu traçado, ou ainda, abastecendo grandes reservatórios para no seu entorno serem implantadas as áreas agrícolas;

Como citado, os Projetos Jaíba e Nilo Coelho tiveram como concepção fundiária o parcelamento da área subdividida em uma grande quantidade de lotes. Para a disponibilização de água a cada parcela (lote) foi utilizado como método de distribuição o sistema gravitário, construindo derivações constituídas de canais secundários, terciários e quaternários, ampliando sobremaneira a quilometragem de canais.

O licenciamento e as outorgas de água dos dois projetos são estaduais ou federais?

No Projeto Público de Irrigação do Baixio de Irecê, o licenciamento ambiental é estadual e o órgão responsável é o INEMA. No Projeto Público de Irrigação do Jaíba, o licenciamento ambiental é também estadual e o órgão responsável é a SUPRAM. Nos dois projetos, as outorgas são federais, considerando que a captação de água para os dois projetos é proveniente do rio São Francisco. A ANA é a responsável pelas outorgas.

Os projetos contam com medidas para monitoramento e contenção de afogamentos de animais silvestres em canais e reservatórios de água? Quais as medidas (técnicas, de infraestrutura etc)? Quando foram implantadas? Há estatísticas de afogamentos de animais silvestres antes e após a implantação dessas medidas? Se há estatísticas, quais os valores quantitativos e espécies registradas?

Sobre o Baixio de Irecê: As obras especiais instaladas no projeto (pontes, bueiros, passarelas, escadas de segurança) que compõem a infraestrutura de condução de água são passíveis de serem utilizadas para travessia pela fauna, evitando assim a queda de animais.

O canal principal de irrigação do projeto e suas obras especiais encontram-se construídas na extensão de 42Km, desde 2015. São 50 estruturas especiais, possibilitando a acessibilidade para travessia de animais a trechos distanciados a cada 450 metros. As estruturas são: 06 pontes, 26 passarelas, 18 bueiros (duplos e triplos celulares) e 95 escadas de segurança.

Por se tratar de estrutura em fase operacional, o monitoramento preventivo da queda e morte de animais no canal de irrigação faz parte das ações da Operação e Manutenção do sistema de distribuição de água do Projeto. Além disso, a empresa operadora do sistema prevê para os próximos anos a instalação de câmeras de circuito integrado, monitorado em tempo real pelo Centro de Controle Operacional do Projeto (CCO).

Até o momento não há registro representativo de estatística de afogamentos de animais silvestres de ocorrências no projeto.

Sobre o Jaíba: O Relatório-Síntese do Estudo de Impactos Ambientais do Projeto Jaíba 1ª Etapa - Manga, MG (RIMA), elaborado pela Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), contempla o Plano de Manejo para Salvamento da Fauna que abrange as técnicas e os métodos de salvamento, dimensionamento das equipes e materiais necessários à efetivação dos resgates, definição das atribuições de cada órgão envolvido, bem como o cronograma e custos da operação.

O documento relata observação por parte dos moradores locais de um deslocamento de fauna para a vertente oeste da serra do Gorutuba (Baixio do Gorutuba) que possuía vegetação em condições de abrigo de fauna.

Quanto aos impactos sobre a fauna devido a operação da infraestrutura através do escoamento das águas pela rede de canais, o documento registra apenas o impacto positivo direto sobre a fauna, considerando a ampliação das suas fontes de dessedentação.

Considera também que a médio e longo prazo, este impacto tem baixa relevância sobre a fauna nativa, devido o deslocamento de praticamente quase todos os seus componentes para áreas de refúgio adjacentes, sem citar quaisquer impactos decorrentes de afogamento de fauna, seja para sua dessedentação, seja para deslocamento, ou por eventual acidente.

Já no Plano de Controle Ambiental (PCA), do Projeto Jaíba II, que apresenta medidas para monitoramento e contenção de afogamento de animais silvestres nos canais, abordam-se as estruturas aéreas e subterrâneas colocadas no canal principal CP-3 que permitem a passagem da fauna, além de outras medidas complementares. Tais medidas ainda não foram adotadas, exceto o uso das estruturas de travessia.

O Distrito de Irrigação de Jaíba (DIJ) informou que de cerca de 240 km de canais, mais de 70% possuem baixa profundidade, assim, a saída dos animais em situação de eventuais quedas dentro desses canais fica facilitada; que os canais com maior profundidade se encontram mais centralizados na área do Jaíba, ou seja, distantes de áreas de fragmentos florestais e de áreas de proteção, lugares em que se encontram a maior parte dos animais silvestres, uma vez que a presença antrópica e a antropização do espaço do PJA afasta os animais. Também foi informado pelo DIJ que só houve um caso de afogamento de animal da fauna silvestre, ocorrido há cerca de dez anos, tendo como vítima uma raposa.

O PCA apresenta medidas para monitoramento e contenção de afogamento de animais silvestres nos canais, mas não há projetos para implementação dessas medidas.

Não há registros de situações de afogamento e morte de animais silvestres nos canais em quantidade suficiente para estudos estatístico, visto que só houve relato de um caso.

Outros projetos com participação da Codevasf têm medidas para conter afogamentos de fauna silvestre? Quais projetos? Onde? Quais medidas?

O modelo adotado no Projeto Baixio de Irecê para a construção da Infraestrutura de canais de irrigação é praticamente o mesmo adotado para todos os demais empreendimentos de irrigação geridos pela Codevasf.

Os projetos da Codevasf são licenciados pelos órgãos ambientais competentes e, sempre que identificado o impacto em fauna, esses são mitigados por programas ambientais aprovados pelos órgãos licenciadores.